

Para Sarney, é hora da divisão do 'bolo'

O senador José Sarney, presidente nacional da Arena, disse em entrevista ao Estado, na última semana, que o grande problema que a sociedade brasileira está vivendo, diante desse quadro de greves, é que todos têm razão. O trabalhador, o patrão, o funcionário público, o governo. Ele acredita, no entanto, que já houve no País uma concentração de riqueza suficiente para que o "bolo" comece a ser repartido. E acha que a superação desses problemas só será conseguida através do diálogo.

Da mesma maneira que, para ele, está-se encerrando uma importante fase revolucionária — "criar o bolo para depois dividi-lo" —, chega ao fim o ciclo punitivo da Revolução. E é graças a isso que líderes políticos exilados poderão retornar ao País e colaborar na construção de uma nova sociedade. A Leonel Brizola para ele o herdeiro do trabalhismo —, está reservado o papel de líder do PTB, um dos quatro partidos, dos muitos que deverão ser criados, que terá sua representatividade confirmada nas eleições de 82. O quadro partidário, então, terá um grande partido de centro, de apoio ao governo, pragmático e sem carga ideológica, um partido populista, que será o trabalhista; um partido mais à esquerda, ideológico, que sairá do MDB; e um partido conservador, de direita, que absorverá os setores mais radicais da Arena.

O depoimento de Sarney foi colhido pela equipe de reportagem da Sucursal de Brasília, com a coordenação de Gilney Rampazzo, que também fez o texto final.



Sarney prevê a criação de quatro partidos após as eleições: a Arena alimentaria o partido de centro e o MDB o de esquerda



Arquivo

Alternância no poder, um objetivo

"O problema partidário está colocado para decisão. As agremiações políticas que hoje constituem partidos foram criadas numa época de transição, com a extinção das antigas legendas como forma de aglutinação de parlamentares, representando diversas tendências para operar e substituir o quadro partidário. Essas agremiações nada tinham do que devia ser um partido político. Elas foram uma tentativa de manter o conflito vicário que o parlamento representa numa sociedade democrática. Pela lei complementar que os criou deveriam transformar-se em partidos definitivos. Isso não ocorreu, mas a própria dinâmica do processo fez com que nascessem os diretórios e fosse criada uma fachada que por fora parecia um partido. Era uma estrutura de cima para baixo, de natureza absolutamente formal. É de perguntar-se se esses partidos criaram raízes e chegaram a se estabelecer como um verdadeiro partido político. Eu acho que sim. Politicamente eles passaram a agir, criou-se um espírito de corpo, com posições e áreas definidas, uma estrutura nacional e essa estrutura bem ou mal passou a funcionar, embora tivesse não digo o vício de origem, mas a origem de uma formação de cúpula impositiva.

O que é um partido político? Um grupo de pressão dentro da sociedade. Distingue-se dos outros grupos de pressão porque na realidade ele não deseja influenciar o poder como os outros grupos. Ele deseja exercer o poder. Ele recebe as influências, as pressões de determinados grupos, filtra essas pressões a nível de decisão e de poder. Essa é a função do partido. Então perguntamos: será que os nossos partidos políticos durante esse período exerceram essa função? Em alguns momentos sim, mas não na sua plenitude no esgotamento da atividade política de filtrar os interesses de uma sociedade democrática. Ocorreu o fenômeno dessa filtragem a ser feita por outros grupos

que não os partidos políticos, fora do leito normal da política. Isto esvaziou os partidos durante esse período porque eles não podiam exercer realmente todas as funções que devem exercer num regime democrático, normal.

Agora eu acho que nós temos duas opções: a de nós pegarmos esses partidos com as estruturas que eles já têm, dar-lhes uma grande estrutura, modernizando-as, fazendo-as funcionar para que eles pudessem realmente derramar-se em todos os setores da sociedade e cumprir sua função dentro dum regime democrático. Porque, realmente, se nós queremos ter um regime democrático ele jamais pode deixar de passar por partidos políticos fortes. E isso, é claro, inclui a alternância de poder. Desde que deixemos flutuar o jogo democrático dos partidos políticos, evidentemente que não se pode pensar nisso com limitação ao poder de um partido político...

MDB NO PODER?

Eu acho que a partir de 1º de janeiro, o MDB pode chegar ao poder. Não há nenhum impedimento. Agora, o que eu vejo no momento, como um perigo para a atividade dos partidos, é que durante esse tempo todos os grupos de pressão passaram realmente a exercer a função de partido político. Por exemplo: as sociedades religiosas, que numa sociedade democrática atuam no sentido de defender a captação do direito à liberdade de fé, do culto, e aquilo que dissesse respeito exclusivamente à sua área, influenciariam o poder nesse sentido. Como não existe partido político, eles não cumpriram exatamente seu papel, o escape não existia, e eles passaram a exercer esse papel. Então esses grupos, para dar um exemplo, têm programas em todo o País que vai desde a estrutura partidária até o nível de renda, problema global que seria de um partido, o que é uma distorção. Se por outro lado, olharmos o problema

dos grupos empresariais, concluiremos que eles também não têm mais um programa sobre a participação na iniciativa privada; eles têm um programa para o País, uma doutrina para o País, um programa de governo, o que é uma distorção, também.

E OS MILITARES?

Em determinado período, uma parte das Forças Armadas foi envolvida no processo político. Mas, há muito tempo, eles refluíram dessa participação política. Essa tendência já se via desde quando pudemos identificar, há uns oito anos, a teoria do desengajamento programado. No governo Geisel esse desengajamento alcançou alto nível e foi possível chegar até a 31 de dezembro. Hoje ele desapareceu de forma organizada. A existência desse fenômeno foi causada pelo escape da atividade política para esses setores. Hoje o período é que os partidos políticos atualmente organizados ainda não são capazes de exercer sua função integral de operar o poder. Há uma certa atomização da atividade política, dispersa por todos os grupos de pressão que desordenadamente atuam. Eles foram construídos num sistema autoritário, a organização não podia ser ostensiva e cresceu desordenadamente. Então, hoje, eles mesmos, num tipo de abertura democrática, não se controlam, não têm autocontrole, não sabem até onde eles próprio sabem exercer esse tipo de atividade. O problema de termos saído duma democracia, onde os cidadãos tinham deveres e não direitos, é a tendência, num regime imediatamente posterior, de que nós só tenhamos direitos e não deveres. Na outra, era só dever e nenhum direito. De um excesso ao outro. Acredito que isso tudo seja o período de transição. Evidentemente, na hora em que se retira a tampa da panela ela realmente tende a dar algum vapor, mas depois vamos encontrar uma certa harmonia do processo político.

NOVOS PARTIDOS

Acho que os partidos têm que ter uma reformulação profunda, têm que se adaptar para operar o poder. Poderíamos tentar pegar as estruturas que os partidos têm no momento, modernizá-las, dinamizá-las, dar uma carga ideológica grande. Dificilmente podemos passar uma borracha e apagá-las. Agora, que nós vamos ter uma reafirmação dentro delas isso é óbvio.

Eu não digo estimular o fortalecimento dos atuais partidos. Se achamos que a origem deles é de cima para baixo, jamais podemos pensar numa sociedade democrática em que os partidos sejam formados assim. Eles têm de ser legítimos. Eles foram legitimados durante um período de regime autoritário, através de uma lei complementar que os criou e dos mecanismos que os tutelaram até agora. Então eles têm de ser legitimados agora pelo que representam como uma parcela da sociedade. Essa parcela deseja ter uma posição política, mas acredito também que não se esgotem as aspirações de participação dos diversos setores de atividade do País só nessas duas agremiações. Para que a estrutura partidária seja legítima, tem de ter mais que dois partidos. Nós temos na realidade, na Constituição, o pluripartidarismo de direito e um bipartidarismo de fato. Temos que estabelecer a concessão entre o direito e o fato. Há duas coisas que distinguir: uma é partido político e outra é partido político operando o poder. O que se vê hoje no mundo é o partido político com o direito de participação, com o direito de defender idéias, aliciar, aglutinar, mas não pode tornar os governos inviáveis ou instáveis. Estamos saindo duma eleição na Inglaterra e esse exemplo mostra um nítido efeito. Tivemos lá concorrendo mais de 20 partidos. Na realidade só três ou quatro deles têm representação dentro do parlamento. Porque se fosse atomizar a representação dentro dos par-

lamentos, eles tornariam os governos instáveis e não favoreceriam a democracia, que hoje tem de ser operada muito mais sofisticadamente do que as democracias antigas. Com muito maiores problemas.

COMO SERÃO

"Acho que vamos ter inúmeros partidos. A própria sistemática da nossa Constituição é facilitar a criação de partidos políticos. E a eleição exercerá o caráter seletivo, depurador desse fato. Depois das eleições, devem ficar uns quatro ou cinco partidos. Sobre o teor dos partidos, deveremos ter um grande partido de centro, que não tenha carga ideológica, que seja um partido pragmático. A Arena pode ser esse grande partido de centro. Teremos que ter um partido populista, outro de esquerda e talvez um conservador, com uma tendência para a direita, mas que não seria a Arena. A Arena seria mesmo um partido de centro, reformista, não conservador.

Acho que o PTB tem grande margem de se constituir um partido político. Brizola voltando tem possibilidade de exercer seu comando e ele tem dito isso sobre esse partido até mesmo porque se tornou o herdeiro de todos os líderes do trabalhismo. Estamos ingressando num jogo normal. Se ele vier legitimamente participar do processo dentro das leis existentes tem que ser aceito, não pode ser tolhido, até mesmo porque temos que nos conduzir, todos, de qualquer forma, dentro dos parâmetros que a lei obriga a todo mundo.

A Revolução acabou com seu período de exteriorização da força. Nas idéias a respeito de inovação da estrutura brasileira, das suas definições democráticas, ela continua. Até hoje se fala das idéias da Revolução Francesa. Na Rússia, falam de idéias da Revolução Russa. Mas aqui, o período operativo de força já passou".

"As greves não podem afetar a abertura"

"Acho que esse quadro de greves não pode, de nenhuma maneira, afetar o processo da abertura. O caso de São Paulo é mais visível por ser uma sociedade muito mais complexa que o resto da sociedade brasileira. O conflito social lá é muito mais agudo do que em outros recantos do País. A sociedade democrática,

temos que saber, é necessariamente uma sociedade de conflito. O conflito é irrevogável na sociedade democrática. E até mesmo a esquerda e a direita se unem, porque a esquerda acha que o conflito é apenas transitório, deve ser combatido, e que devemos encontrar uma sociedade sem conflito. A tese de Marx é realmente a de uma sociedade sem classes. O que não existe, absolutamente. É uma filosofia que tende a ser idéia não realizada pelos fatos. E, também, das sociedades fascistas que acham que o conflito é um sistema patológico da sociedade, que tem de ser acabado porque é um sistema desagregador, quando, na realidade, na democracia, no sistema liberal democrático, ele faz parte porque representa, abertamente, uma contradição e uma tendência à har-

monia. Então, a nossa função é justamente, nos governos democráticos, integrar as idéias mesmo que sejam antagônicas e transformá-las num consenso que leve à paz social. Esse exercício temos de reencontrar, achando que faz parte da normalidade. Evidentemente que, como toda sociedade livre, temos de ter presente que o conflito real é um bem na sociedade, mas o conflito imaginário, imposto é um fim em si mesmo, e feito para realizar aquilo a que se destinam. Então, quando se cria uma greve artificial, política, é um conflito artificial. Eu estou falando apenas teoricamente. Quando também, por outro lado, se o governo imagina que o conflito existe, sem que realmente exista, também ele pratica um mal. O que temos nós, democratas, que debater, são conflitos imaginários e construídos, temos de estar preparados. O mais é vencer dificuldades. Estamos maduros para que a elite pense mais nas idéias integradas em matéria da conciliação efetiva. Que não seja só um gesto, mas um fato.

Agora, resolver esses problemas é um desafio, é um desafio. Embora com seus problemas reais, os trabalhadores não foram esmagados. Seus parâmetros subiram. Mas, o funcionalismo... O professor tem razão, ora. Ele está ganhando pouco mais que o salário mínimo. O patrão tem razão, Se

ele pagar mais vai à falência. O governador tem razão, porque se ele aumentar, não tem orçamento. E o governo tem razão, porque se deixar bagunçar, cai.

O grande problema da crise que estamos vivendo é que todo mundo tem razão. A única saída é o exercício do diálogo. Assim é que se chega à harmonia.

A sociedade brasileira hoje é uma sociedade de grandes mudanças. Há um anselo de mudanças muito grande; se observarmos estes últimos 15 anos, a atividade política esteve submetida a uma forte hibernação, mas vamos observar que toda a tendência do governo nesses anos foi no sentido de uma ação reformista, deformada pelo intervencionismo estatal, numa tentativa de ampliar a mudança de estrutura da sociedade. Não atingiu plenamente os seus fins e tivemos problemas de distorção de renda.

Na pressa de chegar rapidamente a esses objetivos, os meios empregados de certo modo deformaram esse objetivo no que se refere à parte da distribuição de riqueza. Porque, na realidade, a sociedade industrial é uma sociedade concentradora de renda. Se observarmos a História do Brasil, a tendência à concentração de renda não é coisa destes anos; ela vem e se localiza exatamente nos maiores períodos de desenvolvimento.

Então, o problema, hoje, se já sabemos que a sociedade é concentradora de renda, é evitar tomarmos medidas que acelerem a concentração e só tomarmos as medidas que a evitem, que desacelerem até. No nosso caso, nós tentamos mas não conseguimos. Por quê? O tempo foi pequeno. O País cresceu muito. Essas distorções cresceram muito. Colocadas dentro de um período curto são deformadas por ele.

O erro do exagerado intervencionismo foi a criação de uma nova classe de executivos de companhias estatais e um recuo na iniciativa privada. Ora, a democracia é um regime de liberdade. Não podemos pedir liberdade política e abdicar da liberdade econômica. Liberdade econômica é sinônimo de iniciativa privada. Fortificar a democracia é desestatizar. Fora daí, é prepararmos o bolo para as formas coletivistas de Estado.

Mas, agora, que é um período de revisão, nós podemos encontrar uma correção num período curto. O mais essencial foi criado: a possibilidade do bolo da riqueza. Não se podia fazer nada se não tivéssemos uma sociedade que tivesse enriquecido. Por que, quais são as sociedades que melhor distribuem a renda? Exatamente as mais pobres, que não têm nada para dividir. A melhor distribuição de renda é a tribal."